



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº 18/2023

Período: 27/05/2023 - 02/06/2023

GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ

- 1- Homenagem a coronel do Exército atuante na ditadura militar é aceita pela Assembleia Legislativa de São Paulo
- 2- Congressistas discutem posição da Abin na estrutura governamental
- 3- AGU não atendeu ao pedido do MPF para que a União se desculpasse pela politização dos festejos do Bicentenário da Independência
- 4- Exército Brasileiro busca aumentar a inclusão de mulheres na linha bélica
- 5- Requerimentos da CPMI dos ataques de 8 de janeiro incluem membros de órgãos de inteligência e das Forças Armadas
- 6- GSI pretende criar órgãos de segurança para o setor cibernético
- 7- Jornalista mencionou a colaboração entre as Forças Armadas do Brasil e de outros países
- 8- Militares chineses participam de seminário em Brasília e jornais apontam descompasso entre a diplomacia brasileira e a posição das Forças Armadas
- 9- Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Legislativa do Distrito Federal continuou apurações e registrou depoimento de general Heleno

1- Homenagem a coronel do Exército atuante na ditadura militar é aceita pela Assembleia Legislativa de São Paulo

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, um projeto de lei que visa homenagear o coronel Erasmo Dias foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa de São Paulo. Dias foi, durante a ditadura militar (1964-1985), secretário de Segurança Pública de São Paulo (1974-1979), deputado federal (1979-1983) e deputado estadual (1987-1999). Porém, ganhou notoriedade por ter comandado a invasão à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) em setembro de 1977, a qual significou, segundo a *Folha*, “a última grande operação do regime militar contra o movimento estudantil”. A ação militar deu-se em contraponto ao ato público dos estudantes em favor da reorganização da União Nacional dos Estudantes (UNE). Ademais, o projeto de lei em homenagem a Dias tem como objetivo nomear um viaduto como “Deputado Erasmo Dias”, que fica localizado na cidade natal do coronel, Paraguaçu Paulista. Este projeto foi apresentado em 2020 pelo ex-deputado estadual de São Paulo Frederico D’Ávila, e obteve a sua aprovação no dia 24/05/2023 na referida comissão na Assembleia Legislativa de São Paulo. A decisão de sancionar ou vetar o projeto da homenagem segue para o governador do Estado, Tarcísio de Freitas. (*Folha de S. Paulo - Política - 27/05/23*)

2- Congressistas discutem posição da Abin na estrutura governamental

Segundo noticiado pelo periódico *Folha de S. Paulo*, em comissão especial do Congresso Nacional, no dia 24/05/2023, foi aprovada a Medida Provisória (MP) que modificou a estrutura do governo e afetou novas condições para as pastas. Nesse cenário, o relator da referida MP, deputado federal Isnaldo Bulhões (MDB-AL), alterou o texto que retira a “coordenação das atividades de inteligência” como função da Casa Civil. No dia 23/05/2023, Isnaldo seguiu a proposta do governo atual editada, em um decreto em março de 2023, de condicionar a inteligência à Casa Civil. Porém, no dia posterior (24/05), o relator devolveu esta responsabilidade ao Gabinete de Segurança Institucional (GSI). Esta alteração não representa o retorno imediato da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) à pasta, porém “cria um imbróglgio legal que pode pavimentar o retorno do órgão para os militares”. Vale lembrar que a decisão do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, de direcionar a Abin para a Casa Civil ocorreu quando havia um sentimento de desconfiança do chefe do Executivo em relação aos militares do GSI, após os episódios de 8 de janeiro de 2023. Além disso, o jornal comunicou que a opinião de membros do governo é que a decisão de Isnaldo representou uma demonstração da força do Congresso Nacional em tomar decisões que interferem nos planos do poder Executivo, uma vez que manter a coordenação da Inteligência sob a Casa Civil era um objetivo do Palácio do Planalto. Na ocasião da MP, o deputado federal Elmar Nascimento (União Brasil – BA) comunicou que foi um dos parlamentares que colaborou com a retirada do controle da Inteligência pela Casa Civil e afirmou “[A Abin] não cabe na Casa Civil”. O deputado Aécio Neves (PSDB) também foi favorável à mudança, uma vez que, segundo ele, a “Abin é órgão de Estado, tem atribuições de Estado e não de governo. (...) O governo não pode se apropriar de determinadas funções que não são políticas”. No entanto, conforme relatos de aliados de Isnaldo, o consenso não foi alcançado sobre as atribuições de Inteligência, o que resultou no retorno à versão original da MP. A visão de assessores do Palácio do Planalto é que a mudança promovida pelos parlamentares ocasiona aumento da crise organizacional presente no campo da Inteligência, desde o decreto de março de 2023. Esta crise ocorre devido ao não afinamento das divisões de atribuições dos órgãos de inteligência, pois apesar da Abin ter saído do GSI para a Casa Civil, o Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), com mais de 40 órgãos, permanece sob supervisão do GSI. A previsão do governo perante a MP era de “consolidar a coordenação das atividades de inteligência na Casa Civil”, para depois delimitar as “atribuições de cada órgão”. Ademais, o jornal também noticiou que o GSI estava articulando a formação de “uma célula de inteligência da Abin” no Planalto, que teria como objetivo um meio de interlocução direta entre o GSI e a Abin, sob encargo da Casa Civil, para fornecimento de informações que ajudariam as decisões do ministro do GSI, Marcos Antonio Amaro. Portanto, segundo Amaro, havia consentimento no Planalto sobre a manutenção da Abin sob comando da Casa Civil, mas afirmou a importância do GSI em continuar tendo o apoio dos conhecimentos produzidos pela Agência Brasileira para a “prevenção e gerenciamento de crises” e que o GSI é “um dos clientes dos produtos” da Abin, pois ações relacionadas à segurança do presidente da República necessitam dos relatórios de Inteligência. (Folha de S. Paulo - Política - 27/05/23)

3- AGU não atendeu ao pedido do MPF para que a União se desculpasse pela politização dos festejos do Bicentenário da Independência

O jornal *Folha de S. Paulo* noticiou que a Advocacia-Geral da União (AGU), sobre o governo vigente do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, posicionou-se contrariamente à solicitação do Ministério Público Federal (MPF) para que a União organize uma “cerimônia pública de pedidos de desculpas” devido à politização que ocorreu no evento festivo do Dia da Independência em 2022 em favor do ex-presidente do Brasil, Jair Bolsonaro. A AGU justificou sua manifestação no dia 23/05/2023 ao afirmar que “a União é uma pessoa jurídica” e que, por causa disso, não pode assumir arrependimento. E ainda, que não existiam provas ou culpa do governo federal sobre potenciais danos causados pela festividade no dia da Independência. Segundo o jornal, a solicitação do MPF visava um cerimônia de pedido de desculpas com a participação do atual presidente da República e dos comandantes das três forças, Exército, Marinha e Aeronáutica. A posição da AGU é semelhante à do Juiz da 2º Vara Federal, Mauro Lopes, em que ambos entendem que o pedido de desculpas não se refere adequadamente à União, mas sim aos devidos responsáveis pelo uso político no evento em questão. O jornal lembrou que o Bicentenário da Independência coincidiu com o começo da campanha eleitoral em 2022, em que as comemorações para o aniversário de Independência do Brasil foram utilizadas como movimentos de apoio popular à candidatura do ex-presidente Bolsonaro. E que, enquanto as aeronaves da Esquadilha da Fumaça estavam sob o céu, os discursos políticos começaram no carro de som do pastor Silas Malafaia, mesmo palco em que Bolsonaro atacou Lula e o Supremo Tribunal Federal (STF). (Folha de S. Paulo - Política - 27/05/23)

4- Exército Brasileiro busca aumentar a inclusão de mulheres na linha bélica

Em notícia do periódico *Folha de S. Paulo*, informa-se que o Exército Brasileiro está tomando decisões para solucionar o seu atraso histórico em relação à inserção de mulheres nas linhas bélicas, alinhadas ao combate. De acordo com o Exército, a presença feminina é de “apenas 6% do corpo efetivo”. Esta porcentagem compreende “linhas de apoio, como saúde e engenharia”, nas quais as mulheres estão presentes desde a década de 1990. Segundo o jornal, em 2017, as primeiras alunas iniciaram seus estudos na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx), e um ano depois adentraram a Academia Militar das Agulhas Negras (Aman), quando tomaram o posto de cadetes. Mesmo recentemente, em 2023, somente 10% das vagas do concurso para a EsPCEx são destinadas às mulheres. Nas primeiras turmas, os cursos para as alunas ficavam restritos a duas especializações: “Serviços de Intendência, que cuida de suprimentos e materiais, e Quadro de Material Bélico, responsável pela manutenção de recursos como armamento e viaturas”. A novidade é que, a partir de 2024, as mulheres também poderão entrar para a Arma de Comunicações na EsPCEx, entendida como “a primeira a receber cadetes do sexo feminino”. Nesta arma, há funções como a de auxiliar a Infantaria e a Cavalaria, ajudando na comunicação do alto escalão com os subordinados e na interferência em comunicados do adversário em missões. De acordo com a *Folha*, a inclusão de mulheres foi movida pelo Projeto de Inserção do Sexo Feminino na Linha de

Ensino Militar Bélico (PisflemB), criado para aumentar a presença feminina no Exército. O PisflemB iniciou em 2012, com a aprovação da lei nº 12.705, responsável por determinar que a inserção feminina na linha bélica deveria ser executada em até cinco anos. Em 2024 também conforma a novidade de “instrutoras na linha bélica, egressas da primeira turma”, visando o apoio da antiga turma às novas cadetes. O major Marcel dos Santos, comandante do curso de Armas de Comunicação, afirmou à *Folha* que as cadetes obtiveram posições de destaque nas atividades físicas e intelectuais, e que mesmo a academia militar tendo “uma formação específica para homens”, a adaptação das mulheres não enfrentou dificuldades e não teve uma alta evasão. Após quatro anos, o Programa voltado à inserção se transformou em um Programa de Acompanhamento, com a finalidade de avaliar o meio inclusivo da presença de mulheres por meio dos resultados das primeiras turmas. Atualmente, o projeto “verifica práticas de destaque” e quais melhorias precisam ser feitas na integração entre as cadetes. Ademais, o jornal ainda comentou que, mesmo com estes avanços, o movimento de ampliação das mulheres no Exército ainda é lento, e que o Brasil assume uma posição atrasada em comparação a inclusão na força militar de outros países, como a Argentina, onde 14% do corpo efetivo é de mulheres, e o Estados Unidos, onde elas representam 18% dos cargos oficiais do Exército. Na avaliação de Maria Cecília Adão, pesquisadora do Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES) da Universidade Estadual Paulista (Unesp), a lentidão ocorre porque o Exército possui uma tradição conservadora, que condiciona um freio de resistência interna na inclusão feminina em cargos oficiais. A pesquisadora afirmou que uma maior incorporação de mulheres significa um “resultado de uma necessidade de modernizar as Forças Armadas”. Conforme anunciado pelo major Marcel, o Exército Brasileiro possui planos de expansão da presença de mulheres “para todas as armas, quadros e serviços na linha de ensino militar bélica” e que para atingir este fim, “estão sendo feitos estudos e planejamentos com o objetivo de receber as novas cadetes”. (Folha de S. Paulo - Política - 27/05/23)

5- Requerimentos da CPMI dos ataques de 8 de janeiro incluem membros de órgãos de inteligência e das Forças Armadas

O periódico *Correio Braziliense* noticiou que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), formada por membros do Senado e da Câmara dos Deputados responsáveis por investigar os ataques golpistas do 8 de janeiro de 2023, já possui 449 requerimentos. Dentre os diversos pedidos dos parlamentares na CPMI, ao menos 98 foram solicitações de “compartilhamento de informações” direcionadas a diversas instituições, entre elas órgãos da área de Inteligência e das Forças Armadas, como a Agência Brasileira de Inteligência (Abin), a Força Aérea Brasileira (FAB), o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e os Centros de Inteligência do Exército e da Marinha. Segundo a senadora Eliziane Gama (PSD-MA), a quantidade de requerimentos demonstra como a CPMI, instalada no dia 25/05/2023, possui uma alta complexidade referente ao trabalho de apuração das provas e dos atos que compreendem os acontecimentos do 8 de janeiro. O senador Izalci Lucas (PSDB-DF) afirmou que a Abin “alertou 40 instituições de inteligência”. Sendo assim, Lucas visa investigar a relação entre os avisos de alerta da Abin e porquê não foram realizadas ações de impedimento dos atos golpistas pelas instituições brasileiras. O *Correio* apontou a expectativa

de que a CPMI seja palco de embates entre as alas governistas e de oposição da Câmara e do Senado Federal. O jornal também destacou uma entrevista de Ricardo Cappelli, secretário-executivo do Ministério da Justiça, ao CB Poder - uma parceria entre o Correio e a TV Brasília. Na avaliação de Cappelli, as investigações da CPMI devem confirmar a tentativa de golpe de Estado orquestrada pelos ataques terroristas, os quais só não foram mais graves devido à falta de apoio das Forças Armadas. (Correio Braziliense - Política - 27/05/23; Correio Braziliense - Política - 28/05/23; Correio Braziliense - Brasil - 31/05/23)

6- GSI pretende criar órgãos de segurança para o setor cibernético

Segundo notícia do jornal *Correio Braziliense*, o Gabinete de Segurança Institucional (GSI) está preparando um Projeto de Lei (PL) com o objetivo de criar novos mecanismos de segurança cibernética para o país. Em sua apresentação, o PL tem como objetivo a criação de três órgãos, sendo eles: a Agência Nacional de Cibersegurança (ANCiber), responsável por centralizar a fiscalização e implementação das medidas que forem apresentadas; o Comitê Nacional de Cibersegurança (CNCiber), que teria como função reunir os representantes de diferentes ministérios, outros Poderes da República – como o Legislativo e Judiciário – e a sociedade civil, e por fim um Gabinete de Cibercrimes, que seria responsável por aconselhar o presidente da República em caso de eclosão de alguma crise. O jornal informou que, no dia 25/05/2023, o ministro-chefe do GSI, general Marcos Antonio Amaro, recebeu o ministro da Justiça e Segurança Pública, Flávio Dino, para aprofundar as discussões sobre o tema. O *Correio* destacou uma pesquisa divulgada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) em março deste ano que aponta que o setor de segurança cibernética é extremamente vulnerável no país, sendo que, em 2022, foram diagnosticados mais de 103,16 bilhões de tentativas de ataques cibernéticos no Brasil. O GSI estimou que a criação da ANCiber terá um custo anual de R\$594 milhões quando implementada de forma integral. Contudo, o órgão argumentou que os custos para a implementação e manutenção da agência são muito menores do que as possíveis perdas que poderiam ocorrer com os danos causados pelos ataques cibernéticos que, segundo estimativas de consultorias internacionais, podem chegar a mais de R\$500 bilhões aos cofres da União. (Correio Braziliense - Política - 28/05/23)

7- Jornalista mencionou a colaboração entre as Forças Armadas do Brasil e de outros países

Em coluna opinativa para o periódico *Correio Braziliense*, o jornalista Luiz Carlos Azedo descreveu, além do encontro entre o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente venezuelano, Nicolás Maduro, o isolamento internacional do ex-presidente Jair Bolsonaro a partir de alinhamento com a extrema-direita no âmbito externo. Na avaliação de Azedo, a eleição de Joe Biden, nos Estados Unidos, foi um ponto de inflexão do anterior governo brasileiro. Azedo afirmou que a aliança entre Lula e Biden durante a campanha eleitoral brasileira foi de grande importância para a vitória de Lula no Brasil, apesar do não alinhamento total entre militares estadunidenses e brasileiros. Também destacou a colaboração entre as Forças Armadas do Brasil, da França,

dos Estados Unidos e da Inglaterra, fenômeno não tão presente em relação à Rússia e à China. (Correio Braziliense - Política - 30/05/23)

8- Militares chineses participam de seminário em Brasília e jornais apontam descompasso entre a diplomacia brasileira e a posição das Forças Armadas

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, cerca de 20 militares chineses chegaram em Brasília no dia 30/05/2023 e foram recebidos no Quartel-General do Exército para participarem de um seminário sobre doutrina militar no Comando de Operações Terrestres (Coter). Segundo o *Estadão*, o pedido para que a visita chinesa fosse realizada foi reforçado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao ministro da Defesa, José Múcio, em meio a um clima de desconfiança dos EUA. O periódico mencionou que, na avaliação de membros do governo, os militares brasileiros não possuem uma postura de neutralidade, mas sim alinhada aos interesses dos EUA e da Organização do Tratado do Atlântico Norte. A *Folha de S. Paulo* publicou reportagem sobre tema correlato e destacou um suposto desconforto do governo Lula em relação à atuação diplomática de militares brasileiros, que estaria desalinhada das linhas de política externa do Brasil. O jornal apontou que, se por um lado as Forças Armadas adotam postura pró-ocidental, por outro, a diplomacia brasileira tem se aproximado da China e buscado marcar uma posição neutra no conflito russo-ucraniano. A respeito do 1º Seminário Internacional de Doutrina Militar Terrestre, a *Folha* publicou que o convite para a China foi tardio, feito apenas após diligências de Lula e Múcio, quando notaram a ausência chinesa no grupo de 34 países convidados para o evento, entre eles os EUA. (Folha de S. Paulo – 01/06/23; O Estado de S. Paulo - Política - 31/05/23)

9- Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Legislativa do Distrito Federal continuou apurações e registrou depoimento de general Heleno

O jornal *Folha de S. Paulo* informou que a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) busca avançar em suas investigações sobre o 8 de janeiro de 2023, em comparação com a CPMI recém instaurada no Congresso Nacional. Porém, tem enfrentado dificuldades para obter informações compartilhadas pelo Supremo Tribunal Federal. Segundo a *Folha*, a CPI da CLDF já convidou para depoimento o ex-auxiliar de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro, tenente-coronel Mauro Cid, preso desde o início do mês de maio em razão da acusação de ter fraudado cartões de vacina. Na avaliação da *Folha*, a CPI da CLDF visa o depoimento de Cid não apenas a respeito do 8 de janeiro, mas também sobre a tentativa de invasão da sede da Polícia Federal em Brasília, ocorrida em 12/12/2022. A *Folha* e o *Correio Braziliense* noticiaram o depoimento do ex-ministro do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), general Augusto Heleno Ribeiro Pereira, à CPI da CLDF no dia 01/06/2023. Heleno afirmou que o 8 de janeiro não foi um golpe contra a democracia, que não havia uma liderança e nem planejamento. A *Folha* interpretou tais declarações como uma tentativa de proteger Bolsonaro. Quando questionado a respeito da minuta encontrada na residência do ex-ministro da Justiça, Anderson Torres, o general afirmou que o documento não tem credibilidade e que nunca participou de reuniões com o ex-presidente Bolsonaro sobre o tema. No que tange aos acampamentos em frente ao quartel-general

do Exército, Heleno afirmou que os considera plena expressão da política, que se deu de maneira ordeira, uma vez que ali se encontravam mulheres e crianças. A respeito da atuação do GSI em relação aos acampamentos, Heleno afirmou que acompanhava o desenrolar através de fotos, mas que tudo parecia correr tranquilamente, pois as pessoas ali faziam muitas orações. (Correio Braziliense-Cidades-02/06/23; Folha de S. Paulo - Política - 29/05/23; Folha de S. Paulo - Política- 02/06/23)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Laura Meneghim Donadelli

Leonardo Pontes Vinhó

Equipe redação UNESP/Franca

Abrahão Henrique Alves de Lima (bolsista COPE)

Equipe redação UNIFESP/Eppen-Osasco

Beatriz Grasiano Campos

Davi Campos Matos

Isabelle Costa

Giovani Nunes Aguiar

Giulia Maria Dardegan Barbosa

Marcela Furlan de Cena

Mariana Terezinha Passos

Rodrigo Freitas de Souza
Thalia Cristina Vieira Lima

Equipe redação UFRRJ

Alberto Machado Santos
Geremias Dias dos Santos de Carvalho
Manuela de Jesus Brasil
Maria Luiza Garcia Rabelo
Mariana Amaro Gonçalves Silva
Vinícius de Albuquerque Damasceno
Vinícius Menezes Aguiar